

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERTÃO

Projeto elaborado pela Consultoria Visão de Futuro, sob demanda do Prof. Thompson Fernandes Mariz, com vistas à proposição de uma universidade federal no sertão da Paraíba, criada a partir de desmembramento da Universidade Federal de Campina Grande.

Equipe de trabalho:

Lynaldo Cavalcanti

Ivan Rocha Neto

Mônica Donato

Brasília, novembro de 2009

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:

- 1.1. Princípios e Valores
- 1.2. Situação Atual da Educação Superior no Brasil
- 1.3. Jovens de 18 a 24 Anos
- 1.4. Metas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERTÃO:

- 2.1. Missão
- 2.2. Objetivo Geral
- 2.3. Justificativa
- 2.4. Potencial de Expansão

3. SITUAÇÃO ATUAL DA UFCG NO SERTÃO DA PARAÍBA:

- 3.1. *Campus* de Patos: Centro de Saúde e Tecnologia Rural
- 3.2. *Campus* de Pombal: Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar
- 3.3. *Campus* de Sousa: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
- 3.4. *Campus* de Cajazeiras: Centro de Formação de Professores

4. PROGRAMAS ACADÊMICOS:

- 4.1. Monitoria
- 4.2. Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID
- 4.3. Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC
- 4.4. Programa de Apoio às Licenciaturas – PROLICEN
- 4.5. Mobilidade Acadêmica
- 4.6. Programa de Estudantes – Convênio de Graduação – PEC/G
- 4.7. Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES

5. INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA À IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERTÃO:

- 5.1. Cargos de Direção – CDs e Função Gratificada – FGs
- 5.2. Pessoal
- 5.3. Espaços Físicos e Áreas Construídas
- 5.4. Transportes

5.5. Acervo Bibliográfico

5.6. Laboratórios

6. ORÇAMENTO

7. POTENCIAL DE EXPANSÃO

8. INDICADORES SOCIO-ECONÔMICOS DO SERTÃO PARAIBANO

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Sertão é um antigo anseio da sociedade organizada e das comunidades de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, e cidades vizinhas.

O reitor da Universidade Federal de Campina Grande, Prof. Thompson Fernandes Mariz, convocou o Conselho Técnico-Administrativo – CTA, composto de diretores de centro, reitor, vice-reitor e pró-reitores, e comunicou a intenção de instituir uma comissão com o objetivo de levantar informações suficientes para indicar se o desmembramento da UFCG seria justificável e viável sob os mais diversos pontos de vista. A mesma proposição foi apresentada ao Colegiado Pleno do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande.

Instalada a comissão, com a participação dos diretores dos centros situados nos *campi* das cidades acima mencionadas, e sob a presidência do reitor, os trabalhos foram iniciados. Com esse propósito, foram solicitadas e organizadas informações envolvendo os aspectos acadêmicos e administrativos, bem como avaliações sócio-econômicas sistematizadas no presente projeto.

Nesse contexto, são descritos os *campi* de Cuité, Pombal e Sumé, recentemente criados e totalizando uma oferta de mais de 18 cursos, todos iniciados entre 2006 e 2010, além de serem citados os novos cursos de graduação e de pós-graduação criados nos *campi* de Patos, Sousa e Cajazeiras: em Cajazeiras foram criados os cursos de Enfermagem e de Medicina; em Sousa, a graduação em Ciências Contábeis, em Administração e em Serviço Social; em Patos, houve a criação da graduação em Ciências Biológicas, três Mestrados e um Doutorado. Enfim, observando-se todo o contexto institucional, a Universidade Federal de Campina Grande, quando foi criada, por desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, contava com 29 cursos de graduação, passando, em 2010, para uma oferta de 67 cursos.

1.1. Princípios e Valores

A idéia de criação de uma Universidade Federal no Sertão tem base nos seguintes princípios e valores:

1. Desenhar o futuro com base em estudos prospectivos indicados pelos cenários sociais, econômicos e educacionais do País e do Nordeste;
2. Fundamentar a educação superior na ciência e na tecnologia, de modo a gerar e disseminar conhecimentos relacionados às realidades do Sertão, onde quer que exista esse ecossistema;
3. Manter o caráter universal do ensino, buscando enfatizar o contexto regional;
4. Formar profissionais e cidadãos, éticos e competentes, capazes de exercer suas profissões em qualquer parte do mundo;
5. Adotar os valores de igualdade, solidariedade e liberdade;
6. Atuar de forma sistêmica na solução de problemas, envolvendo ensino, pesquisa e extensão para transformar as realidades locais e suas vizinhanças com base na aprendizagem científica e tecnológica, e nos princípios do desenvolvimento sustentável;
7. Adotar os princípios da responsabilidade social, atuando nos processos de mudanças seguindo ritmos próprios, sem açosamentos, e agindo conforme as tendências mais atuais;
8. Desenvolver tecnologias sociais e apropriadas como forma de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
9. Promover uma formação de base sólida para desenvolver nos egressos, capacidade e autonomia para atender demandas da região.

1.2. Situação Atual da Educação Superior no Brasil

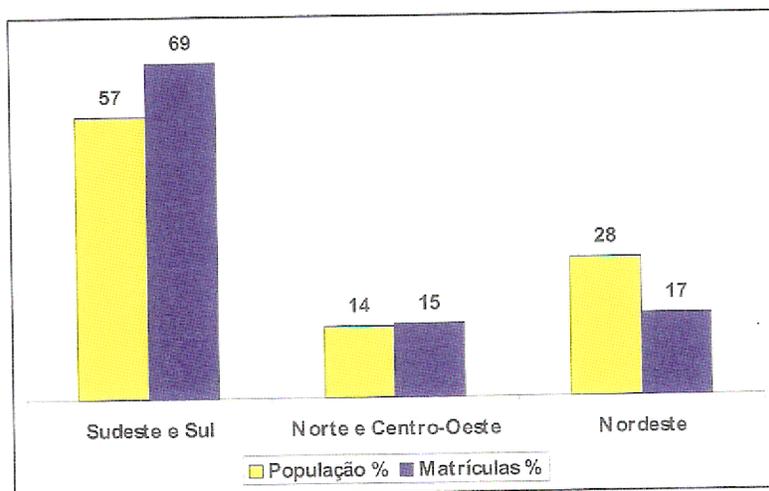
Segundo dados do último *Censo Nacional do Ensino Superior*, em 2003 foram registradas 3.887.771 matrículas em cursos de graduação presencial no Brasil, sendo que 70,75% delas (2.750.652) em instituições privadas e apenas 29,25% (1.137.119) em instituições públicas federais, estaduais e municipais. Embora em termos absolutos o contingente de matrículas tenha dobrado entre 1993 e 2003, há dez anos as instituições públicas detinham 41% do total de alunos de graduação presencial, o que demonstra, de maneira evidente, que neste período a expansão do sistema privilegiou amplamente o ensino privado. O que torna essa situação especialmente grave é que, de acordo com o deputado estadual Rodrigo Soares (PT), presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, cerca de apenas 1/3 dos estudantes matriculados em

instituições privadas consegue manter suas mensalidades em dia com recursos próprios.

Isto é, o modelo de expansão do ensino superior baseado no incremento às instituições privadas dá mostras de insustentabilidade econômica, o que, aliado ao próprio perfil acadêmico da imensa maioria dessas instituições – no geral muito distantes de atingirem a excelência das instituições públicas, especialmente no que tange à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – nos remete a uma visão de futuro bastante preocupante para os nossos jovens e, conseqüentemente, para o próprio “projeto de nação” (Cf. Genro, 2005) que almejamos construir.

Por outro lado, quando analisamos a distribuição das matrículas em relação ao local de instalação das instituições de ensino superior, percebemos outras dimensões da desigualdade no acesso. Em primeiro lugar, verificamos que há uma grande concentração de matrículas nas regiões Sudeste e Sul – 2.663.197 – o que representa 68,7% do total, enquanto a região Nordeste detém apenas 645.441 matrículas (16,6%), embora apresente uma população de 47.741.711 habitantes, cerca de 30% da população total do país.

DIAGNÓSTICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL
A Concentração Regional



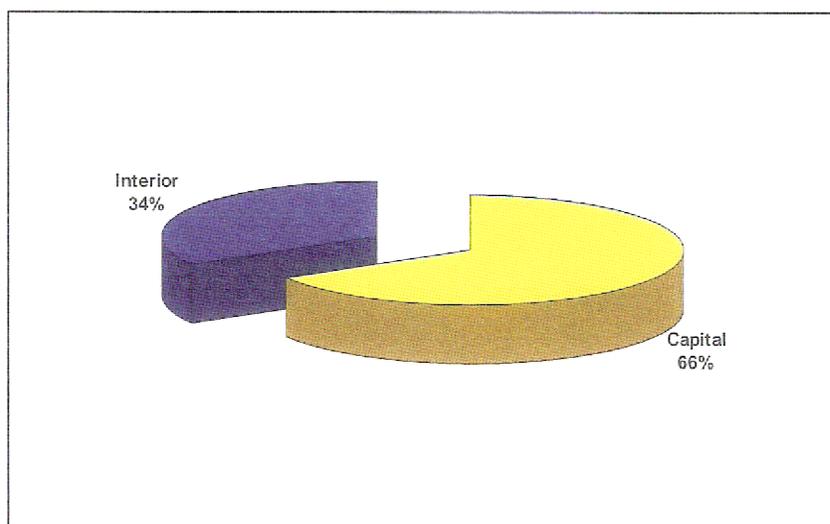
IBGE: *Censo Populacional, 2000*
MEC: *Censo Nacional de Ensino Superior, 2004*

Em segundo lugar, observamos que a situação dos jovens que moram no interior dos estados é ainda mais dramática, pois embora no conjunto das matrículas em

curso de graduação presencial haja até uma pequena vantagem para as cidades do interior em relação às capitais – 54,43% contra 45,67% – tão somente 33,71% das matrículas em Universidades Federais (191.421) são efetuadas em instituições localizadas no interior dos estados. Isto representa apenas 5,08% do total geral das matrículas e 16,83% do total de matrículas em instituições públicas de ensino superior.

DIAGNÓSTICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: 2003

Distribuição das Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais nas IFES



Ministério da Educação
Censo Nacional de Ensino Superior, 2004

Em suma, o quadro atual das matrículas em cursos de graduação presencial aponta para uma realidade caracterizada pelo predomínio do ensino particular sobre o público, das regiões mais desenvolvidas sobre as menos desenvolvidas e das capitais sobre as cidades do interior no que tange particularmente ao acesso às Universidades Federais.

1.3. Jovens de 18 a 24 Anos

Um conjunto de dados bastante relevante para analisarmos o atual quadro da educação superior no Brasil é o que se refere aos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, o principal “público alvo” das IES.

De acordo com dados do último censo do IBGE, 5,68% destes jovens são analfabetos e 46,23% têm menos de oito anos de estudo. Ou seja, cerca de

metade dos jovens brasileiros com idade para ingressar na universidade não chegou sequer a cursar o ensino médio. Na Paraíba, a situação é ainda mais dramática, pois esta situação atinge nada menos do que 80% dos jovens entre 18 e 24 anos (15% analfabetos e 65% com menos de oito anos de estudos), o que coloca o estado em 25º lugar no *ranking* nacional, à frente apenas do Piauí e Alagoas.

A SITUAÇÃO DOS JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS - 2000

AN ALFABETOS (%)			MENOS DE 8 ANOS DE ESTUDO (%)		
1	Santa Catarina	1,597	1	São Paulo	30,756
2	São Paulo	1,671	2	Distrito Federal	33,874
3	Distrito Federal	1,718	3	Paraná	36,074
4	Rio Grande do Sul	1,769	4	Rio Grande do Sul	37,404
5	Paraná	1,977	5	Rio de Janeiro	37,923
6	Rio de Janeiro	2,226	6	Santa Catarina	38,523
7	Espírito Santo	2,846	7	Roraima	42,474
8	Goiás	2,935	8	Espírito Santo	42,934
9	Mato Grosso do Sul	3,023	9	Amapá	44,087
10	Rondônia	3,183	10	Minas Gerais	44,477
11	Mato Grosso	3,24	11	Brasil	46,232
12	Minas Gerais	3,267	12	Mato Grosso do Sul	48,265
13	Roraima	4,299	13	Mato Grosso	49,27
14	Amapá	4,717	14	Goiás	49,376
15	Brasil	5,682	15	Tocantins	54,563
16	Tocantins	6,277	16	Rio Grande do Norte	55,934
17	Pará	8,238	17	Amazonas	57,601
18	Amazonas	8,464	18	Pernambuco	58,389
19	Bahia	9,99	19	Ceará	58,454
20	Rio Grande do Norte	11,397	20	Rondônia	59,114
21	Ceará	11,808	21	Acre	60,121
22	Pernambuco	11,87	22	Pará	60,169
23	Sergipe	12,986	23	Bahia	61,966
24	Maranhão	14,424	24	Sergipe	63,173
25	Acre	14,564	25	Maranhão	63,927
26	Paraíba	15,183	26	Paraíba	65,094
27	Piauí	15,689	27	Piauí	67,219
28	Alagoas	20,989	28	Alagoas	70,691

Fontes: IBGE / Atlas do IDH no Brasil

Quando, entretanto, analisamos os dados referentes aos jovens nesta faixa etária que estão cursando o ensino superior, a situação da Paraíba melhora bastante em termos comparativos, pois o estado passa a figurar em 13º lugar no *ranking* nacional e em 2º lugar no Nordeste, superando ainda todos os estados da região Norte.

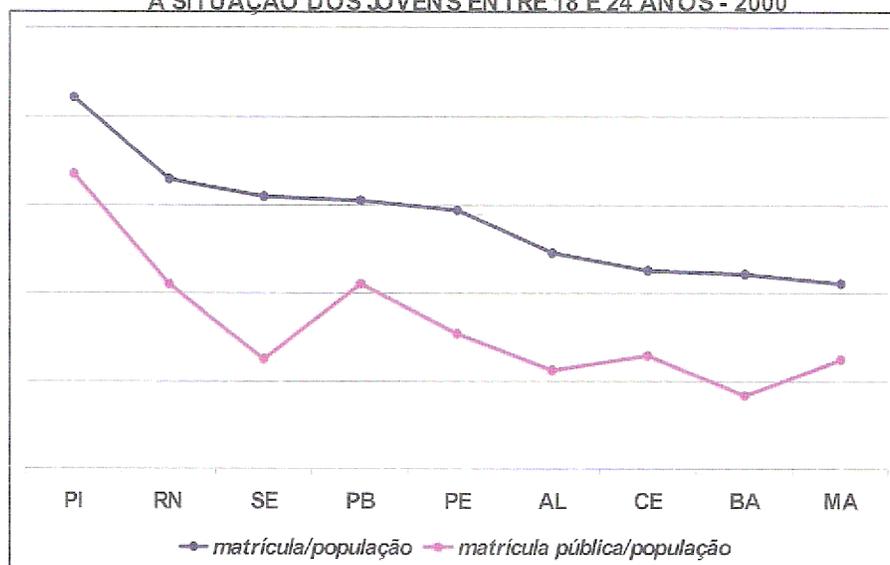
COM 12 ANOS OU MAIS DE ESTUDO			NO CURSO SUPERIOR (%)		
1	Distrito Federal	11,395	1	Distrito Federal	13,418
2	Rio Grande do Sul	10,798	2	Rio Grande do Sul	11,663
3	São Paulo	10,591	3	Santa Catarina	10,586
4	Santa Catarina	10,133	4	São Paulo	10,35
5	Rio de Janeiro	9,372	5	Rio de Janeiro	10,021
6	Paraná	8,892	6	Paraná	9,501
7	Mato Grosso do Sul	8,507	7	Mato Grosso do Sul	8,51
8	Brasil	6,761	8	Brasil	7,211
9	Goiás	6,247	9	Espírito Santo	7,108
10	Espírito Santo	6,162	10	Goiás	7,067
11	Minas Gerais	5,688	11	Minas Gerais	6,426
12	Mato Grosso	5,312	12	Mato Grosso	5,645
13	Rio Grande do Norte	4,257	13	Rio Grande do Norte	4,983
14	Pernambuco	4,089	14	Paraíba	4,71
15	Paraíba	4,059	15	Pernambuco	4,563
16	Ceará	3,672	16	Ceará	4,516
17	Sergipe	3,388	17	Sergipe	4,089
18	Alagoas	2,916	18	Piauí	3,717
19	Piauí	2,909	19	Alagoas	3,448
20	Tocantins	2,884	20	Tocantins	3,333
21	Rondônia	2,729	21	Amapá	3,212
22	Bahia	2,628	22	Rondônia	3,165
23	Acre	2,615	23	Amazonas	3,121
24	Pará	2,609	24	Bahia	3,084
25	Amazonas	2,531	25	Pará	3,014
26	Amapá	2,526	26	Roraima	2,933
27	Roraima	2,288	27	Acre	2,822
28	Maranhão	1,538	28	Maranhão	1,924

Fontes: IBGE / Atlas do IDH no Brasil

É importante ressaltar, ademais, que, no estado, em torno de 70% das matrículas em cursos de graduação presencial estão na rede pública (Cf. MEC, 2004), o que demonstra que a estratégia de interiorização do ensino superior público tem surtido efeitos bastante positivos no quadro educacional da Paraíba. Com efeito, a criação do *campus* da UFPB em Campina Grande na década de 1960, a fundação da Universidade Estadual da Paraíba (atualmente com *campi* em Campina Grande, João Pessoa, Patos, Guarabira, Monteiro e Catolé do Rocha) na década de 1980 e a criação dos *campi* de Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras da UFPB nas décadas de 1970 e 1980 colocam o estado numa posição de destaque em nível regional e nacional. É o que podemos concluir a partir da comparação entre a razão entre o número de matrículas em IES e a população dos estados nordestinos, conforme o gráfico a seguir.

DIAGNÓSTICO DO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE: 2003

Razão entre o Número de Matrículas em IES e a População
A SITUAÇÃO DOS JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS - 2000



Fontes: IBGE e MEC/INEP

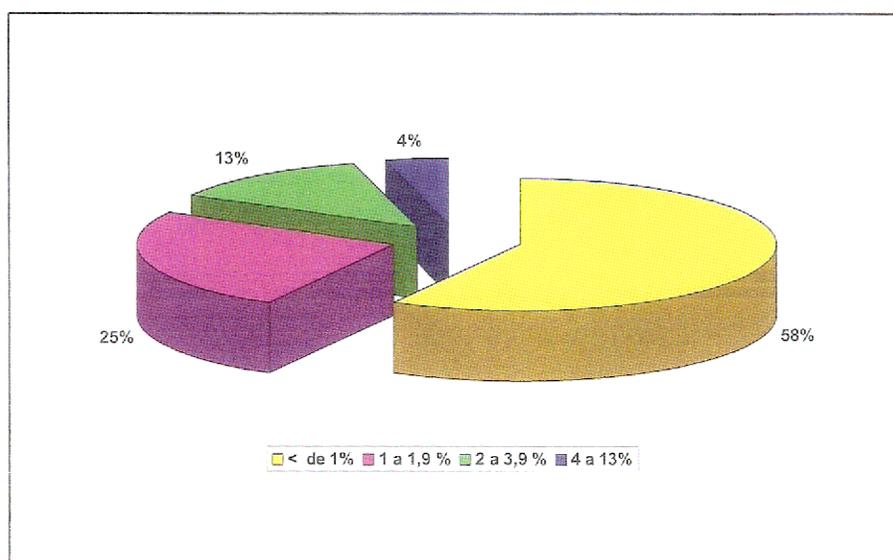
A criação da Universidade Federal de Campina Grande, em 2002, mediante desmembramento dos *campi* da UFPB instalados no semi-árido da Paraíba, veio a dar um novo impulso à interiorização do ensino superior no estado, pois a autonomia conquistada recolocou na pauta da sociedade a necessidade de aprofundar o processo de inclusão universitária das populações interioranas em face de uma demanda que cresce exponencialmente. Neste sentido, a UFCG tem uma missão a cumprir, dando continuidade histórica ao seu peculiar *modelo multicampi* e indo ao encontro das aspirações de educação, desenvolvimento e cidadania do povo do interior do estado, pois, afinal, a instituição nasceu com esse modelo específico e tem experiência acumulada na prática de gestão acadêmico-administrativa descentralizada.

Ora, apesar da Paraíba estar comparativamente melhor aquinhoadada do que muitos estados quanto ao acesso ao ensino superior, a situação dos jovens entre 18 e 24 anos é ainda bastante dramática no estado, pois, segundo dados do último censo do IBGE, apenas 4,71% deles estavam cursando o ensino superior em 2000. Assim, não há muito a comemorar, pois como ressaltou o ministro Tarso Genro, no Brasil, "o nível de acesso é um dos mais baixos do continente; a proporção de estudantes nas instituições públicas reduziu-se a um terço do total; o peso da matrícula nas instituições privadas de educação superior tornou-se o mais alto da América Latina". Além do mais, constatou o ministro na mesma ocasião, "é dramático dizer que no Brasil de hoje

somente 11% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos estão na universidade, e, destes, em torno de 70% dos matriculados estudam em instituições privadas, jovens com famílias de baixo poder aquisitivo” (Genro, 2005). Com efeito, segundo o próprio ministro, a situação nacional é bastante desoladora, pois, na Argentina, este percentual está próximo a 40%, na Alemanha, a 50%, na França, a 60%, nos EUA, a 80% e, no Canadá, atinge a quase 90% dos jovens nesta faixa etária (Cf. Genro, 2004).

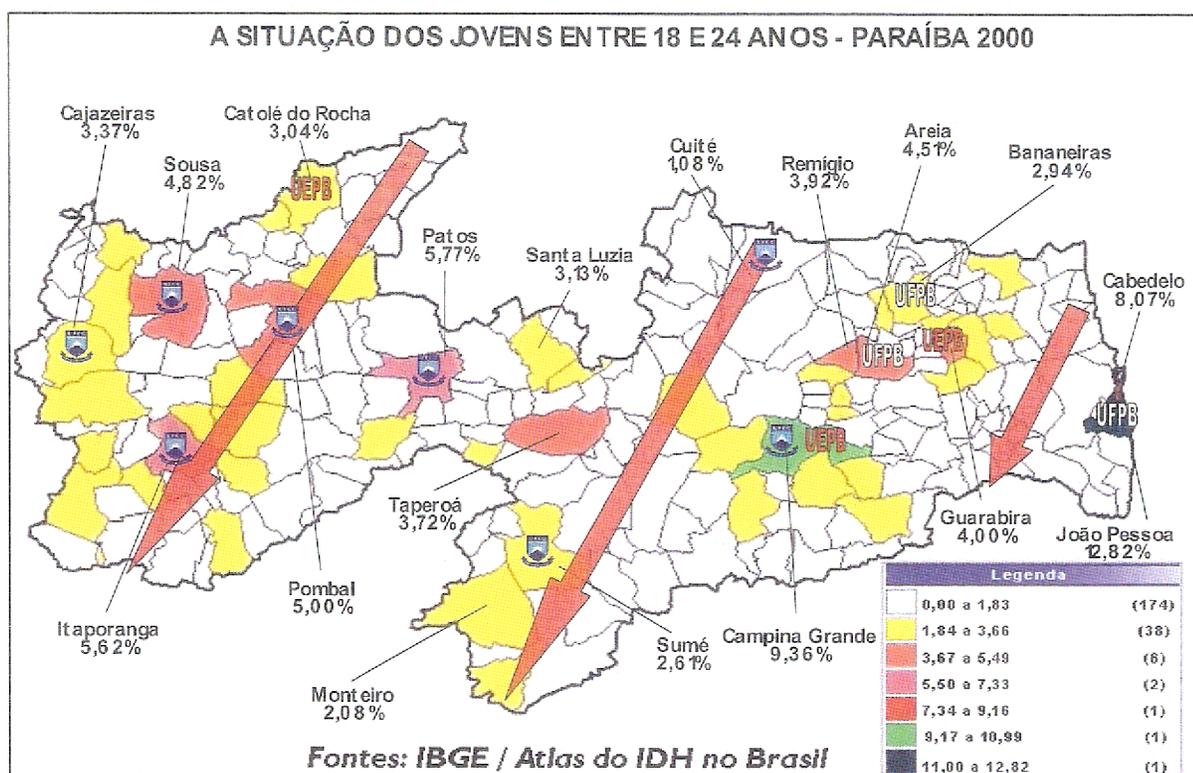
Quando analisamos mais detidamente a situação dos jovens paraibanos entre 18 e 24 anos, verificamos tendências de forte concentração no acesso ao ensino superior, pois em 214 dos 223 municípios do estado, menos de 4% deles cursa o ensino superior, sendo que em 58% do total dos municípios esta taxa é inferior a 1% (Cf. PNUD, 2003).

A SITUAÇÃO DOS JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS - PARAÍBA 2000
Porcentagem freqüentando o ensino superior por município



Fontes: IBGE / Atlas do IDH no Brasil

Assim, pudemos identificar grandes zonas de exclusão universitária, as “diagonais” da Zona da Mata (sob a área de influência da UFPB), do Cariri-Curimataú-Seridó e do Sertão, estas últimas em pleno semi-árido, sob a área de influência da UFCG.



Quando verificamos que, de 1998 a 2002, houve um incremento de 37% no número de concluintes do ensino fundamental e de 32% no de ensino médio (Cf. Paraíba, 2005), índices que projetam o montante de 36.000 alunos aptos a ingressarem no ensino superior no final de 2005, a responsabilidade pela expansão do sistema público se aprofunda. Com efeito, embora o estado da Paraíba tenha conseguido avanços importantes no processo de interiorização do ensino superior público e também nos níveis fundamental e médio, a situação da maioria dos jovens em idade universitária é ainda bastante precária, especialmente nos municípios mais distantes.

Desta maneira, estamos diante de uma situação paradoxal: por um lado, o estado tem um acúmulo histórico importante no que tange à interiorização do ensino superior público no Brasil, o que o coloca comparativamente em posição de destaque nas regiões Nordeste e Norte; por outro lado, a Paraíba ainda não atingiu níveis satisfatórios de oferta de educação superior, deixando a grande maioria de seus jovens alijada do acesso aos bancos da universidade.

1.4. Metas do Plano Nacional de Educação

A expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade é um dos principais objetivos da Lei Nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o *Plano Nacional de Educação*. Elaborado por força do Art. 214 da *Constituição da República Federativa do Brasil* – a

chamada "Constituição Cidadã" de 1988 – e do Art. 87 da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, o PNE consolida um intenso e participativo programa de debates levado a efeito no Congresso Nacional entre os anos de 1998 e 2000 e constitui-se numa "lei de compromisso, a opção ética por um ideal de educação para o país, o pacto político e técnico por metas necessárias" (MEC, 2001, p. 15).

De maneira a atingir o objetivo da expansão do ensino superior no Brasil, um conjunto de metas foi definido, entre as mais importantes das quais "estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país" e "prover até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos" (MEC, 2001, p. 67).

Conforme demonstramos acima, os números da educação superior na Paraíba colocam o estado, como de resto todo o Nordeste, no foco prioritário da lei, uma vez que a região detém apenas 16,6% das matrículas em cursos de graduação presencial efetuadas no ano de 2003. Por outro lado, a situação dos jovens paraibanos entre 18 a 24 anos é de tal maneira dramática que exige uma ação não apenas urgente, mas, sobretudo abrangente.

De fato, se, de acordo com o último censo do IBGE, há 473.609 jovens nesta faixa etária no estado e apenas 22.307 freqüentam o ensino superior, para se atingir a meta determinada pela lei – isto é, prover educação superior até 2.010 para 30% jovens de 18 a 24 anos (ou seja, 142.082 jovens paraibanos) – seria necessário abrir 119.775 novas vagas em cinco anos, isto é, criar 23.995 novas vagas por ano.

É bem verdade que a meta se afigura praticamente inatingível, uma vez que teríamos que quintuplicar o contingente de matrículas em cinco anos para cumprirmos o que determina a lei, mas estes números, mais do que estarrecedores são desafiantes: um primeiro passo tem que ser dado para a expansão do parque universitário público na Paraíba. Neste sentido, nossa meta com a criação dos novos *campi* é abrir 10.400 novas vagas em quatro anos, o que representa cerca de 9% da meta estabelecida no PNE para o estado da Paraíba.

2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERTÃO

A proposição de uma universidade federal no sertão paraibano vai ao encontro daquilo que o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE define como razões e princípios que norteiam o desenvolvimento da educação nacional, propondo um programa de ação para viabilizá-lo. Inspira-se em uma concepção de educação que se estabelece por meio de

[...] processo dialético entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. A educação formal pública é de responsabilidade do Estado nesse esforço social mais amplo, que não se desenrola apenas na escola pública, mas tem lugar na família, na comunidade e em toda forma de interação nas quais os indivíduos tomam parte, especialmente no trabalho. A escola pública e, em um nível mais geral, a política nacional de educação exigem formas de organização que favoreçam a individuação e a socialização voltadas para a autonomia. (BRASIL, 2007).

A universidade que ora se propõe ser criada, surge como possibilidade de se obter uma atuação integrada e referenciada regionalmente, capaz de promover enlaces entre uma educação sistêmica e o desenvolvimento sustentável.

O processo educacional deve estar fundamentado em duas dimensões básicas: estímulo à criatividade e uma sólida formação científica e tecnológica. É preciso que a aprendizagem ocorra a partir de uma iniciação científica que viabilize a compreensão da ciência e o desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, a universidade proposta herda uma poderosa carga genética da Universidade Federal de Campina Grande, Instituição que lhe dá origem, ao mesmo tempo em que se propõe a atender à necessidade de referência regional e ecossistêmica do Sertão.

É nesse sentido que a educação científica e tecnológica contribui para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, ao propiciar aos jovens condições para atuação nos setores produtivos, favorecendo a apropriação de tecnologias inovadoras, a

geração e a difusão do conhecimento científico e tecnológico e incentivem a criatividade e o empreendedorismo.

O desenvolvimento de um projeto regional igualitário e sustentável precisa ter como orientação o compromisso social com a oferta de formação integral e científica de pessoas críticas, criativas e autônomas. Essa perspectiva é decisiva para romper com a condição histórica de dependência científica, tecnológica e cultural do país, para garantir aos cidadãos a satisfação da necessidade de aprendizagem contínua.

2.1. Missão

Promover o desenvolvimento sustentável do Sertão Nordestino por meio do oferecimento da educação superior, em um atendimento ampliado e diferenciado que possibilite a compreensão das realidades dos ecossistemas dos Sertões.

2.3. Objetivo

Criar mais uma Universidade Federal na Paraíba, a partir de desmembramento da Universidade Federal de Campina Grande, com base nas unidades existentes nos municípios de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras e criação de outras unidades em outros municípios da região.

2.4. Justificativa

As justificativas para criação desta nova universidade, em parte, são as mesmas que apoiaram a criação da Universidade Federal de Campina Grande, implantada a partir de desmembramento de *campi* e cursos da Universidade Federal da Paraíba que existiam nos municípios de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Essa experiência demonstrou que o desmembramento facilita o respeito aos princípios impostos à administração pública pela constituição federal, notadamente o princípio da eficiência, pois, a redução das distâncias entre os *campi* e a Administração Central gera economia significativa de tempo e de recursos humanos e materiais, facilitando o planejamento das ações e agilizando a solução dos problemas, estimulando uma mais justa distribuição das verbas e das vagas de funcionários e professores, além de possibilitar *quoruns* mais elevados nas reuniões dos órgãos colegiados que passam a ser mais produtivos. Ambas as instituições saíram ganhando.

Destacamos, como justificativas para a criação de uma universidade federal no sertão paraibano, o que segue:

1. Apropriação da capacidade instalada das estruturas atualmente existentes nos *campi* da Universidade Federal de Campina Grande nos municípios de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras;
2. Maior autonomia acadêmica e de gestão; -
3. Significativo potencial de expansão da educação superior pública nas áreas de maior exclusão universitária na circunvizinhança dos *campi* que comporão a nova universidade;
4. Possibilidade de criação de cursos voltados às realidades do Sertão Nordestino;
5. Maior aproximação da oferta de educação superior das cidades sertanejas do Nordeste, a exemplo e complemento do que foi feito com a criação da Universidade Federal do Semi-Árido;
6. Atendimento da demanda reprimida de educação superior das cidades sertanejas com significativo número de egressos do ensino médio, muitos dos quais precisam trabalhar, enquanto realizam estudos universitários;
7. Implantação da nova universidade com custos reduzidos, em função da existência de servidores e atuais instalações da UFCG e outras que serão aproveitadas das prefeituras locais.
8. Implantação de um modelo de organização acadêmica interdisciplinar com foco nas questões sertanejas, não apenas da Paraíba, mas do Nordeste e dos ecossistemas dos Sertões em geral.

2.4. Potencial de Expansão

O desmembramento da Universidade Federal de Campina Grande, além de ter como justificativa a eficácia administrativa das duas instituições que resultarão deste desmembramento, aponta também para a expansão da educação superior ofertada no Sertão, a partir da construção de novos itinerários. Neste sentido, a futura universidade terá condições de construir uma rede de intercâmbio entre os centros de ensino que hoje compõem o que seria a sua estrutura inicial, com vistas a dar suporte a manutenção de pólos, onde o ensino superior poderá ser ofertado mediante a implantação de uma infra-estrutura leve, construída em parceria com o poder público local, e sem que haja a necessidade do estabelecimento de uma estrutura administrativa local rígida.

Neste sentido, pode-se vislumbrar a implantação de postos avançados da Universidade Federal do Sertão em vários municípios da região, dentre os quais se destacam Itaporanga, Conceição, Bonito de Santa Fé, São José de Piranhas, São João do Rio do Peixe, Uiraúna, Coremas, Catolé do Rocha, São Bento e Santa Luzia. Nestes postos avançados a oferta de vagas para ingresso no ensino superior poderá ocorrer a partir da utilização das metodologias do ensino a distância. Assim, com a aplicação de tecnologias da informação em favor de sistemas educacionais mais flexíveis e massivos, cursos semipresenciais poderão ser ministrados, com a circulação tanto de docentes, que se deslocarão de seus centros de lotação para ministrar as aulas presenciais nos pólos, quanto de discentes, que terão seus deslocamentos assegurados para as atividades que se fizerem necessárias ser realizadas atividades em laboratórios, bibliotecas e outros espaços de aprendizagem.

A estrutura acadêmico-administrativa idealizada para esta finalidade prevê projetos pedagógicos estruturados de maneira a que os estudantes possam cursar parte significativa de suas disciplinas por meio da teleconferência, em tempo real, tecnologia que será ainda utilizada para os procedimentos administrativos e reuniões dos órgãos colegiados.

A definição dos cursos a serem ministrados nestes pólos será feita em parceria com a sociedade civil local, em audiências públicas que tenham como tema a relação existente entre o desenvolvimento sustentável e a educação superior.

Além disso, prevê-se a consolidação do *campus* de Pombal, recentemente criado, e a ampliação dos *campi* de Patos, de Sousa e de Cajazeiras, com a criação de novos centros de ensino. O *campus* de Cajazeiras, que hoje tem apenas o Centro de Formação de Professores, poderá vir a criar o Centro de Ciências da Vida, o *campus* de Sousa, que comporta o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, poderá vir a ter também o Centro de Ciências e Tecnologia, bem como o *campus* de Patos, onde está o Centro de Saúde e Tecnologia Rural, poderá vir a criar o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

3. SITUAÇÃO ATUAL DA UFCG NO SERTÃO DA PARAÍBA

Atualmente, a Universidade Federal de Campina Grande tem 7 (sete) *campi*, situados nas cidades de Campina Grande, de Cuité, de Sumé, de Patos, de Pombal, de Sousa e de Cajazeiras. Destes 7 (sete) *campi*, 4 (quatro) encontram-se localizados no Sertão da Paraíba. São eles: *campus* de Patos, onde funciona o Centro de Saúde e Tecnologia Rural; *campus* de Pombal, onde funciona o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar; *campus* de Sousa, onde funciona o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais; e o *campus* de Cajazeiras, onde funciona o Centro de Formação de Professores.

Os cursos de graduação ofertados nestes Centros de Ensino são os seguintes:

CAMPUS / CENTRO	CURSOS
Campus de Pombal CCTA	Eng. Ambiental
	Agronomia
	Eng. De Alimentos
Campus de Patos CSTR	Med. Veterinária
	Eng. Florestal
	Ciências Biológicas
Campus de Sousa CCJS	Direito
	C. Contábeis
Campus de Cajazeiras CFP	Letras
	Pedagogia
	Enfermagem
	Ciências
	História
	Medicina
	Geografia

A matrícula, em cursos de graduação, nestes *campi* encontra-se, atualmente, no seguinte patamar:

CAMPUS / CENTRO	NÚMERO DE CURSOS	OFERTA DE VAGAS NO VESTIBULAR	% DA UFCG
Campus de Patos CSTR	4	320	6,52
Campus de Pombal CCTA	6	240	4,88
Campus de Sousa CCJS	4	340	6,92
Campus de Cajazeiras CFP	7	605	12,32
Total	21	1.505	30,64

3.1. *Campus* de Patos: Centro de Saúde e Tecnologia Rural

No município de Patos, está o Centro de Saúde e Tecnologia Rural, cuja importância para o Sertão está diretamente relacionada com os cursos de graduação que funcionam no âmbito de sua atuação: Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Odontologia, Licenciatura em Ciências Biológicas, além dos Cursos de Pós-Graduação: *Lato Sensu* em Educação Ambiental e Sustentabilidade, Saúde Pública, Reprodução de Ruminantes e os *Stricto Sensu*, Mestrado em Ciências Florestais, Mestrado em Zootecnia e Mestrado e Doutorado em Medicina Veterinária. É conveniente destacar ainda que a sua infraestrutura física ocupa uma área de 12,5 ha, afora o Hospital Veterinário, cuja área mede 11,5 ha e as duas fazendas experimentais com 250 e 180 hectares respectivamente.

Do ponto de vista de sua concepção acadêmica, é importante destacar que o Centro de Saúde e Tecnologia Rural está voltado para o desenvolvimento sustentável do Sertão, região que apresenta desafios não apenas para os poderes públicos e a população em geral, como para a comunidade científica, sendo o principal, dentre esses desafios, a conciliação entre o desenvolvimento econômico, o equilíbrio com a natureza e a promoção de melhor qualidade de vida. Essa região, além de apresentar uma elevada densidade populacional, possui os mais baixos índices de desenvolvimento humano do Brasil.

A região em que está inserido o *campus* de Patos também apresenta fortes limitações naturais para atividades exploratórias e tem problemas ambientais significativos, resultantes da exploração equivocada de seus ecossistemas, destacando-se, nesse contexto, a desertificação. Esses problemas ambientais demonstram a incipiente cultura para convivência com o Sertão, cultura que é fator essencial para a implantação de um desenvolvimento equilibrado adaptado aos condicionantes ambientais e culturais da região. Fica evidente a necessidade de desenvolvimento de pesquisas sistemáticas sobre as potencialidades e limitações ambientais da região, especialmente quanto ao aproveitamento de produtos florestais e à dinâmica natural dos ecossistemas.

No ensino de Graduação, o curso de Engenharia Florestal tem como proposta desenvolver uma visão integrada do ecossistema florestal, incluindo a interação humana nas dimensões social, econômica, ambiental e tecnológica. Para isto, a formação técnico-acadêmica do Engenheiro Florestal abrange a Produção Florestal, a Ecologia Aplicada e a Tecnologia de Produtos Florestais. A Produção Florestal compreende a importação, manutenção, manejo e utilização das florestas nativas e plantadas; a Ecologia Florestal propicia o conhecimento e a dinâmica dos ecossistemas e sua biodiversidade, imprescindível para a promoção da sustentabilidade ambiental; a Tecnologia de Produtos Florestais relaciona-se à transformação dos produtos madeireiros e não madeireiros: produção de carvão vegetal, madeira serrada e laminada, estacas e moirões, extração de componentes químicos, alimentos, papel e demais derivados.

Em atendimento à demanda e atento à política de inclusão que passa, necessariamente, pela maior oportunidade de acesso ao ensino superior, o que requer a expansão da oferta de cursos, com qualidade e responsabilidade social, o centro criou, recentemente, os cursos de Bacharelado em Odontologia e de Licenciatura em Ciências Biológicas. Iniciativas dessa natureza têm promovido mudança radical nas oportunidades oferecidas aos jovens que se encontram na faixa etária de ingresso no ensino superior.

Os indicadores estatísticos mostram que a adoção dessa estratégia tem sido correta: o curso de odontologia é o que tem a maior concorrência no vestibular do Centro de Saúde e Tecnologia Rural, e o de Biologia é o terceiro mais procurado. Os investimentos destinados aos novos cursos têm sido orientados para assegurar:

1. melhoraria na qualidade de vida da sociedade, produzindo e sistematizando o conhecimento, para construção do bem-estar e felicidade das populações da região e de seu entorno, uma vez que o Centro congrega uma comunidade científica, que constrói o conhecimento, por meio do diálogo, lúcido, crítico e

- organizado da ciência e da tecnologia;
2. contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, ambientalmente equilibrada e economicamente viável.
3. Geração e apropriação de conhecimento em inovações, sobretudo, relacionados às tecnologias sociais, para desenvolver a capacidade empreendedora como base de seu projeto pedagógico.

Além de Engenharia Florestal, o centro de Saúde e Tecnologia Rural oferece o Curso de Medicina Veterinária, com o objetivo de formar profissionais que possam contribuir com o desenvolvimento regional por meio do exercício de atividades ligadas às diversas áreas de abrangência da profissão: produção e reprodução, clínica médica e cirúrgica, medicina veterinária preventiva, saúde pública, tecnologia e controle de produtos de origem animal, planejamento, extensão e administração rural. O regime didático é seriado semestral, com tempo de integralização mínimo de 10 (dez) e máximo de 16 (dezesesseis) períodos letivos; currículo pleno com 4.315 horas/aula, sendo 3.685 horas/aula de conteúdos básicos e 630 horas/aulas complementares.

Para integralização curricular, o estudante deverá cumprir também 431 horas de estágio supervisionado obrigatório realizado em universidades ou faculdades de veterinária, empresas de pesquisa agropecuária, clínicas, hospitais, centro de inspeção de produtos de origem animal, cooperativas, fazendas, zoológicos e outros.

Os Programas de Pós-Graduação passaram a funcionar no Centro a partir de 2003, como processo de amadurecimento das pesquisas neste realizadas, e tem contribuído, decisivamente, para o desenvolvimento da região. São os seguintes os programas de Pós-Graduação do CSTR:

1. Mestrado em Zootecnia
2. Mestrado em Engenharia Florestal
3. Mestrado em Medicina Veterinária
4. Doutorado em Medicina Veterinária

3.2. *Campus* de Pombal: Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar

O Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, localizado na cidade de Pombal, será patrimônio acadêmico a ser incorporado à nova universidade. Este *campus* está localizado na microrregião de Catolé do Rocha, Piancó e Sousa, sendo um município pólo do Sertão Paraibano. O centro está localizado em uma das mais expressivas bacias hídricas, constituída pelo rio Piancó e Piranhas, potencial que justifica a existência,

neste *campus*, de cursos concentrados na área de tecnologia e ciências da terra, em atenção à produção leiteira e à criação de ovinos na região, que é destaque nacional como criadora da raça Santa Inês, com potencial genético diferenciado em exposições nos âmbitos regional e nacional.

De origem recente, fruto da expansão promovida pelo governo federal, a partir de 2006, o *campus* de Pombal absorveu os cursos de Agronomia e de Ciências Contábeis que funcionavam sob a tutela administrativa da Diocese de Cajazeiras. A implantação do *campus* de Pombal concorre para reduzir a demanda reprimida por ensino superior na região e tem sido indutor do desenvolvimento regional com a qualificação da mão-de-obra. Na microrregião polarizada por Pombal (com cerca de 20 municípios), o número de matrículas no 3º ano do Ensino Médio totaliza, hoje, segundo dados da Secretaria Estadual de Educação, mais de (4) mil alunos.

Os dados acima referenciados resumem a importância da instalação do *campus* de Pombal e o caracteriza como meio de inclusão social para um significativo contingente de jovens egressos do ensino médio. Os cursos ministrados no Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar compõem um perfil acadêmico homogêneo, por sua opção temática, e apresentam condições de interagir com os cursos de Medicina Veterinária e de Engenharia Florestal situados, no *campus* de Patos, distante deste a apenas 50 Km.

O *Campus* Pombal se localiza em terreno de 14 hectares, doado à Universidade Federal de Campina Grande pela Prefeitura Municipal de Pombal, e conta com redes elétricas e de telefonia e de pontos lógicos para Internet. As seguintes edificações num total de 7.408 m²:

3.3. *Campus* de Sousa: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais

Situado em Sousa, a 56 km de Pombal, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais tem origem na Faculdade de Direito, criada em 1º de maio de 1971, e então administrada pela Fundação Padre Ibiapina, de acordo com o convênio assinado com a Prefeitura Municipal da cidade, responsável pelo seu funcionamento. Em 11 de dezembro de 1979, por meio da Resolução Nº. 385/79, passaram as instalações físicas e o curso de Direito a fazerem parte da Universidade Federal da Paraíba.

Em 2002 ocorre mais uma mudança: neste ano, houve o desmembramento da UFPB e a criação da Universidade Federal de Campina Grande pela Lei Nº. 10.419, de 09 de abril

de 2002, passando o Campus VI da Universidade Federal da Paraíba a pertencer à Universidade Federal de Campina Grande.

Neste novo contexto, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais adquiriu outra identidade: investiu em mudanças na sua infra-estrutura e no seu perfil acadêmico-pedagógico, ingressando em um processo de expansão qualitativa e quantitativa. Para tanto, em 2002 criou o curso de graduação em Ciências Contábeis e um curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Processual Civil; em 2003, foram criados os cursos de especialização em Gestão Estratégica de Negócios e Gestão de Negócios Públicos.

Diante desse marco de construção de uma nova identidade institucional, que tem como pilares a pesquisa, o ensino e a extensão, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, em 2005, criou a Revista Academia e a Revista Academia on-line como uma proposta de estímulo à publicação de professores e alunos inseridos em projetos e programas de iniciação científica.

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais possui como premissa a melhoria da qualidade de ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica, bem como visa a atender às normas gerais da educação nacional. O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais instituiu, em 2004, um evento anual de Ensino, Pesquisa e Extensão, denominado de Semana de Produção Acadêmica, hoje consolidada como espaço de circulação da produção acadêmica regional.

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais participa ativamente na luta pelo exercício da cidadania, auxiliando na prevenção ou solução de problemas que permeiam a vida social, demonstrando, da forma mais cristalina possível, uma contraprestação às demandas sociais e possibilitando, aos seus alunos de graduação, a vivência de práticas reais, necessárias à sua atuação enquanto profissionais da ciência jurídica e social, a fim de que o aluno possa vivenciar um processo de ensino-aprendizagem vinculado aos processos sociais, participando da transformação da realidade sócio-econômica e cultural da região e vivenciando, pela assistência jurídica à população carente, uma experiência acadêmica de inclusão social.

O trabalho de extensão e de formação acima citado é feito por meio do Núcleo de Prática Jurídica, setor encarregado de supervisionar as atividades de estágio dos alunos do Curso de Graduação em Direito. Compõem o Núcleo de Prática Jurídica o Laboratório de Prática Jurídica, o Escritório de Assistência Jurídica, o Centro de Oratória, o Centro de Prevenção, a Arbitragem, a Mediação e Solução de Conflitos, e a Coordenação de

estágios. Este núcleo planeja e desenvolve suas atividades em duas grandes etapas: a primeira possibilita a preparação do aluno para as práticas jurídicas; na segunda, o aluno estagiário vai atuar como profissional liberal no atendimento ao público.

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais mantém Convênio com a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, tendo por objeto o auxílio na promoção de assistência jurídica integral e gratuita às pessoas carentes. A sua atuação se nas Comarcas de Sousa, Cajazeiras, Pombal e Patos, em um trabalho que é realizado sob a orientação docente no Núcleo de Prática Jurídica. Todas as atividades fazem parte do Projeto Justiça Cidadã, desenvolvido no Centro.

O Curso de Ciências Contábeis dispõe de dois Grupos de Pesquisas autorizados pelos setores competentes da Universidade Federal de Campina Grande, para o desenvolvimento de duas linhas de investigação científica: uma delas está voltada para os estudos em contabilidade e a outra dedica-se a estudos e pesquisas na área de ciências sociais e educação.

Estão ligados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade:

1. Contabilidade e Gestão Ambiental;
2. Contabilidade para Usuários Externos;
3. Controladoria e Contabilidade Gerencial;
4. Ensino e Pesquisa em Contabilidade;
5. Gestão Estratégica para Micro e Pequena Empresa;
6. Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade.

Estão ligados ao Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ciências Sociais e Educação:

1. Ciências Sociais Aplicadas e Educação
2. Desenvolvimento Sustentável
3. Direitos Humanos
4. Educação
5. Sistemas de Informações
6. Sociologia Organizacional

3.4. Campus de Cajazeiras: Centro de Formação de Professores

Com sete cursos em pleno funcionamento e mais de 2.200 alunos, o Centro de Formação de Professores, localizado em Cajazeiras, conta com 166 servidores docentes

e 70 servidores técnico-administrativos. Ao longo de sua história, este *campus* universitário foi se consolidando como importante pólo regional de educação, saúde, comércio, comunicação, arte e cultura, com elevado potencial para, a partir das suas características e vocações, desenvolver conjuntos de ações capazes de contribuir para minimizar as sérias distorções sociais e econômicas que caracterizam a história política e social dessa região sertaneja.

Cajazeiras é uma cidade com privilegiada posição geográfica que, na qualidade de pólo catalisador da demanda regional no setor da educação e da saúde, congrega uma grande área do semi-árido nordestino, abrangendo, sobretudo, os Estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. É no setor educacional que a cidade de Cajazeiras tem se destacado com maior dinamismo. A origem desta vocação remonta à atuação e à orientação do Padre Inácio de Sousa Rolim, na primeira década do século XIX. Sua atuação reuniu as condições para a vocação educativa da cidade, que se tornou conhecida como a cidade que ensinou a Paraíba a ler. Além de sediar a primeira escola do Alto Sertão Paraibano, uma geração de estudantes oriundos de vários estados do Nordeste passou pelos bancos escolares do antigo Colégio Salesiano e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, Instituição que deu origem do ensino superior na região.

O Centro de Formação de Professores foi criado em 10 de agosto de 1979, por meio da Resolução nº 62/79 do Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, tendo sido inaugurado em 03 de fevereiro de 1980. Sua criação, como *Campus V* da UFPB, confirmou e fortaleceu a tradição educacional da cidade. Neste período foram implantados os Cursos de Licenciatura em Ciências, Letras, Pedagogia, História e Geografia. Este Centro forma professores para o ensino fundamental e médio de toda a região, além de oferecer o curso de Técnico em Enfermagem e de Higiene Bucal em nível médio. Estes últimos habilitam profissionais para atuarem na promoção, prevenção e reabilitação da saúde, outra vertente de significativa atuação do Centro de Formação de Professores.

Além das atividades de ensino dos cursos de graduação e do ensino médio e profissionalizante, o Centro de Formação de Professores vem desenvolvendo, com regularidade, cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Como parte do processo ensino-aprendizagem, o Centro de Formação de Professores tem desenvolvido atividades de Pesquisa voltadas para as áreas de Educação, Ciências Humanas e Sociais, e Ciências da Vida tendo sido cadastrados no CNPq, desde 2001, os seguintes Grupos de Pesquisa:

1. Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Educação, Linguagem e Práticas Sociais;
2. Grupo de Pesquisa Ambiental para o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido.

4. PROGRAMAS ACADÊMICOS

4.1. Monitoria

O Programa de Monitoria foi instituído por meio da Resolução Nº. 02/96/ do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE da Universidade Federal da Paraíba. Na UFCG, este programa encontra-se em funcionamento, mesmo após o desmembramento da UFPB, ocorrido em 09 de abril de 2002, por se entender a sua contribuição e importância para a melhoria do ensino de graduação, mediante a elaboração e execução de Projetos de Ensino. O referido Programa atualmente consta do Regulamento do Ensino da Graduação (Homologado pela Resolução Nº. 26/2007 da Câmara Superior de Ensino do Conselho Universitário).

A monitoria tem como finalidade a diminuição dos índices de evasão e repetência, bem como a melhoria do padrão de qualidade dos cursos de graduação, tendo como público-alvo os alunos dos cursos de graduação da UFCG.

O Programa de Monitoria, nos *campi* que irão compor a futura Universidade Federal do Sertão, tem o quantitativo de bolsas assim distribuídos:

CAMPUS / CENTRO	CURSOS	QUANTITATIVO DE BOLSAS
Campus de Patos CSTR	Med. Veterinária	19
	Eng. Florestal	07
	Ciências Biológicas	01
	TOTAL	27
Campus de Pombal CCTA	Eng. Ambiental	05
	Agronomia	04
	Eng. De Alimentos	04
	TOTAL	13*
Campus de Sousa CCJS	Direito	35
	C. Contábeis	18
	TOTAL	53
Campus de Cajazeiras CFP	Letras	13
	Pedagogia	13
	Enfermagem	18
	Ciências	11
	História	08
	Medicina	09
	Geografia	03
	TOTAL	75

4.2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC é um programa do CNPq, por meio do qual a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Campina Grande obtém anualmente uma quota institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

As bolsas desta quota têm período de vigência de doze meses. A quota é distribuída de acordo com critérios de mérito acadêmico estabelecidos por um Comitê Assessor composto por docentes da Universidade Federal de Campina Grande. Este mesmo Comitê Assessor acompanha o desenvolvimento das atividades dos bolsistas mediante leitura de seus relatórios de atividades, bem como por meio de seu desempenho registrado nos encontros e congressos de Iniciação Científica em que os bolsistas tenham apresentado trabalhos.

O quantitativo de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, nos *campi* de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, que pretendem compor a Universidade Federal do Sertão, tem a seguinte distribuição:

CAMPUS / CENTRO	CURSO	Projetos	Total
Campus de Patos CSTR	Engenharia Florestal	14	26
	Medicina Veterinária	6	
	Ciências Biológicas	6	
Campus de Pombal CCTA	Agronomia	5	5
Campus de Sousa CCJS		0	
Campus de Cajazeiras CFP	Pedagogia	1	10
	Enfermagem	3	
	Geografia	2	
	Ciências	1	
	Letras	3	

4.3. PROLICEN – Programa de Apoio às Licenciaturas

Este programa foi instituído nos anos de 1994 e 1995 pelo Ministério da Educação - MEC por meio da Secretaria de Educação Superior – SESU. Em 1996, o PROLICEN foi extinto. Todavia, em razão do nível de mobilização nos anos anteriores e avanços em torno dos

projetos desenvolvidos nos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Campina Grande, como também a necessidade de enfrentamento dos problemas concernentes às Licenciaturas, a UFCG decidiu institucionalizar o Programa, oferecendo a estrutura básica para a sua continuidade. Atualmente consta do Regulamento do Ensino da Graduação (Homologado pela Resolução Nº. 26/2007 da Câmara Superior de Ensino). Sua finalidade é fomentar a melhoria de qualidade da formação acadêmica dos licenciados. O seu público-alvo são os alunos dos cursos de licenciatura da UFCG.

O quadro abaixo demonstra a situação deste programa no *Campus* de Cajazeiras, único dos *campi* que pretendem compor a Universidade Federal do Sertão a desenvolver atividades do PROLICEN. Os *campi* de Pombal e de Sousa não ofertam cursos de licenciatura e o *campus* de Patos só fará oferta de vagas no curso de licenciatura em ciências biológicas a partir de 2010.

CAMPUS / CENTRO	CURSO	PROJETO	QUANTITATIVO DE BOLSAS
Campus de Cajazeiras CFP	Letras	As práticas de leitura e escrita em escolas públicas do sertão paraibano Coord: Márcia Candeia Rodrigues	4
	Letras	Programa Casa de vaga-lumes: núcleo de formação de mediadores de leitura e escrita Coord: José Wanderley Alves de Sousa	4
	Geografia	Um olhar sobre o ensino de geografia em escolas de nível fundamental Coord: Rodrigo Bezerra Pessoa	4
TOTAL			12

4.4. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID

O objetivo deste Programa é contribuir para o aumento das médias das escolas participantes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. A ação atende ao plano de metas do Compromisso Todos pela Educação, previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação, para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nacional para 6 (seis), até 2.022, ano do bicentenário da independência do Brasil. O programa vai reunir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas em favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o IDEB estiver abaixo da média nacional. A finalidade do programa é incentivar a formação de professores para a

educação básica, especialmente para o ensino médio, valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente, promover a melhoria da qualidade da educação básica. Segue, abaixo, a distribuição de bolsas nos *campi* objeto deste projeto.

CAMPUS / CENTRO	CURSO	QUANTITATIVO DE BOLSAS (SUPERVISORES)	QUANTITATIVO DE BOLSAS (ALUNOS)
Campus de Patos CSTR	Biologia	3	12
Campus de Cajazeiras CFP	Ciências	3	10
TOTAL		6	22

4.5. Mobilidade Acadêmica

O Programa surgiu a partir de um Convênio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, firmado entre as Universidades e demais Instituições Federais de Ensino Superior, com o objetivo é regular a relação de reciprocidade entre as signatárias no que se refere à mobilidade de alunos de graduação. No âmbito da UFCG, o Programa de Mobilidade Estudantil está regulamentado por meio da Resolução Nº. 10/2004. A sua finalidade é incentivar o intercâmbio de experiências acadêmicas, visando o seu enriquecimento cultural e científico dos alunos, além de contribuir para a integração das Instituições Federais de Ensino brasileiras.

Atualmente, apenas o campus de Sousa tem alunos vinculados ao referido programa.

CAMPUS / CENTRO	CURSO	QUANTITATIVO DE ALUNOS EM INTERCÂMBIO
Campus de Sousa CCJS	Direito	06

4.6. Programa de Estudante Convênio de Graduação – PEC/G

O **PEC-G** é uma atividade de cooperação, cujo objetivo é a formação de recursos humanos a fim de possibilitar aos cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos universitários no país, em nível de graduação, nas Instituições de Ensino Superior brasileiras participantes do PEC-G. O Programa é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação. Sua finalidade é a cooperação bilateral na área educacional, graduando profissionais de nível superior para fins de formação de quadros nos países em desenvolvimento, signatários dos Acordos de Cooperação. O seu público-alvo são os alunos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais.

Também neste programa, apenas o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, *campus* de Sousa, mantém alunos vinculados.

CAMPUS / CENTRO	CURSOS	QUANTITATIVO DE BOLSAS
Campus de Sousa CCJS	Direito	02
	C. Contábeis	02
	TOTAL	04

4.7. Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES

O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior- PROMISAES tem por objetivo fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantém acordos – em especial os africanos - nas áreas de educação e cultura, consolidando uma política de intercâmbio que promova maior integração entre o Brasil e os países em desenvolvimento. O programa visa à cooperação bilateral na área educacional, graduando profissionais de nível superior para fins de formação de quadros nos países em desenvolvimento, signatários dos Acordos de Cooperação, e tem com público-alvo os alunos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais.

Abaixo está a atual situação do Programa no *campus* de Sousa, único dos *campi* da futura Universidade Federal do Sertão a ofertar vagas no PROMISAES.

CAMPUS / CENTRO	CURSOS	QUANTITATIVO DE BOLSAS
Campus de Sousa CCJS	Direito	01
	C. Contábeis	02
	TOTAL	03

5. INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA À IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERTÃO

5.1. Cargos de Direção – CDs e Função Gratificada – FGs

Para a implantação da Universidade Federal do Sertão seria preciso alocar Cargos de Direção – CDs e Funções Gratificadas – FGs, para as seguintes finalidades e de acordo com a quantidade abaixo descrita:

NECESSIDADE DE CDs E FGs PARA A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
Cargo	Gratificação	Quantidade
Reitor	CD1	1
Vice-Reitor	CD2	1
Pró-Reitoria de Graduação	CD3	7
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa		
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários		
Pró-Reitoria de Planejamento		
Pró-Reitoria de Administração		
Pró-Reitoria de Recursos Humanos		
Prefeitura Universitária		
Procuradoria Jurídica	CD4	25
Serviço de Tecnologia da Informática		
Chefia de Gabinete da Reitoria		
Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores		
Controle Interno		
Ouvidoria		
Biblioteca		
Coordenações Administrativas		
Assessorias		
Chefias de setores da Administração Superior		
Secretarias da Reitoria e da Vice-reitoria	FG1	25

5.2. Pessoal

A Universidade Federal de Campina Grande conta atualmente com 1.452 servidores técnico-administrativos, dos quais 101 estão lotados no *campus* de Patos, 35 no *campus* de Sousa, 70 no *campus* de Cajazeiras e 27 no *campus* de Pombal, o que totaliza 233 servidores técnico-administrativos (16,4% da totalidade da UFCG) lotados nos *campi* que constituirão a Universidade Federal do Sertão.

Realizada a análise da infra-estrutura de recursos humanos necessários ao funcionamento da Universidade Federal do Sertão, observa-se imprescindível um

quadro técnico-administrativo de 275 servidores, sendo, portanto, preciso mais 42 vagas de servidores técnico-administrativos.

Há, nos *campi* da Universidade Federal de Campina Grande, situados no sertão, 337 docentes (33,07%), com 138 mestres (37,3% do total) e com 116 doutores (24,3% do total).

Os dados de servidores técnico-administrativos e docentes de nível superior encontram-se resumidos no quadro abaixo.

CAMPUS / CENTRO	DOCENTES	MESTRES	DOCTORES	SERVIDORES
Campus de Patos CSTR	75	52	21	101
Campus de Sousa CCJS	77	39	2	35
Campus de Cajazeiras CFP	145	62	38	70
Campus de Pombal CCTA	40	16	24	27

Tendo em vista a intenção de ampliar a oferta de vagas de ingresso no ensino superior na região a ser atendida pela Universidade Federal do Sertão, estima-se a necessidade de um incremento de 80 (oitenta) vagas docentes para a universidade a ser criada.

5.3. Espaços Físicos e Áreas Construídas

O somatório das áreas pertencentes aos *campi* da Universidade Federal de Campina Grande que estão localizados no Sertão totaliza 1.643.000 m². Nesta área há 42.250 m² de área construída, de acordo com o que demonstra o quadro abaixo.

CAMPUS	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)
Campus de Patos CSTR	178.000	10.450
Campus de Pombal CCTA	155.000	8.500
Campus de Sousa CCJS	1.070.000	10.400
Campus de Cajazeiras CFP	240.000	12.900

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, *campus* de Sousa, está sendo ampliado com a construção de 18 (dezoito) edifícios planejados, dos quais 4 (quatro) blocos já foram edificados.

A infra-estrutura predial existente nos *campi* de Patos, de Pombal, de Sousa e de Cajazeiras é suficiente para a acomodação da estrutura acadêmico-administrativa atualmente em funcionamento, inclusive para a sede provisória da reitoria. Haverá, no entanto, a necessidade de edificar uma sede administrativa para a reitoria da nova universidade. Estima-se, hoje, que R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) seriam suficientes para esta construção, somados 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a aquisição de mobiliários e equipamentos em geral necessários ao aparelhamento deste prédio. Também será necessário aporte financeiro para o investimento indispensável à implementação da Educação a Distância.

5.4. Infra-Estrutura de Transportes

Dos veículos pertencentes à frota da Universidade Federal de Campina Grande, 32 encontram-se distribuídos nos *campi* do Sertão, de acordo com o quadro abaixo:

CAMPUS / CENTRO	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO
Campus de Patos CSTR	Camioneta D-20 Gol Fiesta Fusca Kombi Moto CG 125 Moto XLR 125 Trator Escort Camioneta S-10 Microônibus Meriva
Campus de Pombal CCTA	Gol Ranger Micro-Ônibus Meriva Trator
Campus de Sousa	Parati Camioneta S10 Micro-Ônibus Urbano Micro-Ônibus Rodoviário

CCJS	Camioneta D-20 Micro-Ônibus Camioneta Ranger
Campus de Cajazeiras CFP	Paraty Kombi Micro-Ônibus Camioneta S10 Camioneta S10 Meriva Ônibus Micro-Ônibus Ducato

Para a implantação da Universidade Federal do Sertão esta frota é suficiente, sendo necessária apenas a aquisição de um veículo, estimado hoje no valor R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para uso da reitoria.

5.5. Acervo Bibliográfico

De acordo com informação da Biblioteca Central DA Universidade Federal de Campina Grande, há, nos campi de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, 21.115 títulos, perfazendo 57.370 exemplares, assim distribuídos nas suas 4 (quatro) bibliotecas:

CAMPUS / CENTRO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Campus de Patos CSTR	6584 (31,18%)	13414 (23,38%)
Campus de Sousa CCJS	3631 (17,20%)	14111 (24,60%)
Campus de Pombal CCTA	512 (2,42%)	2690 (4,69%)
Campus de Cajazeiras CFP	10388 (49,20%)	27155 (47,33%)

5.6. Laboratórios

Do total de 38 laboratórios existentes nos *campi* que compõem o universo a ser desmembrado da Universidade Federal de Campina Grande, para a criação da Universidade Federal do Sertão, a maior quantidade se encontra no *campus* de Patos,

segundo informações colhidas pela Pró-Reitoria de Ensino. No quadro abaixo, encontra-se a distribuição dos referidos laboratórios:

CAMPUS / CENTRO	Nº. DE LABORATÓRIOS
<i>Campus de Patos</i> CSTR	28 (73,70%)
<i>Campus de Sousa</i> CCJS	2 (5,26%)
<i>Campus de Pombal</i> CCTA	2 (5,26%)
<i>Campus de Cajazeiras</i> CFP	6 9 (10,78%)

6. ORÇAMENTO ATUAL

Segundo informações da Pró-Reitoria de Administração, da dotação orçamentária na Universidade Federal de Campina Grande, em 2009, 20,53% foram destinados aos *campi* de Patos, de Pombal, de Sousa e de Cajazeiras. O quadro abaixo faz o detalhamento deste orçamento.

Créditos Orçamentários

Valores em R\$ 1,00

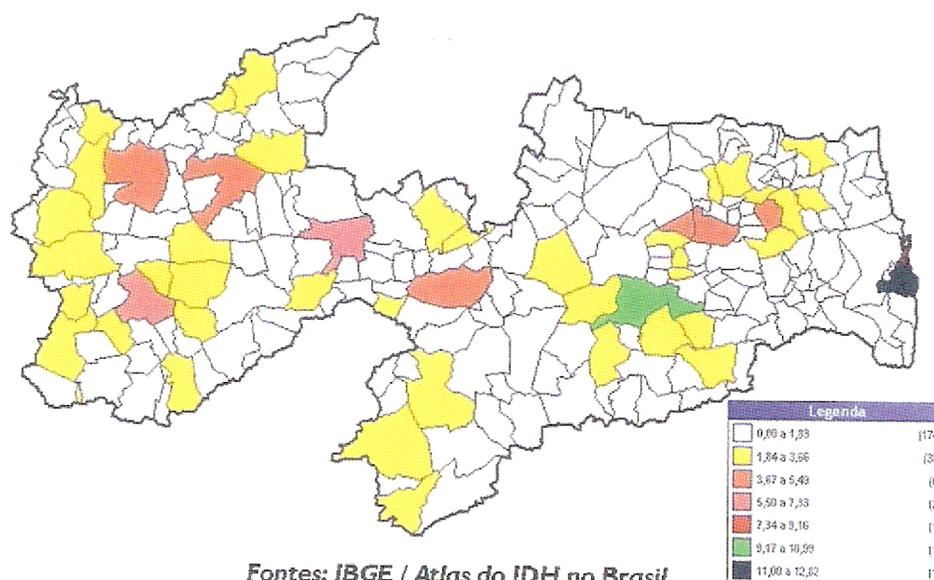
Discriminação por Grupo de Despesa	Fonte de Recursos		Total	UFSertão	%
	Tesouro	Próprios			
A. Pessoal e Encargos Sociais	167.377.146	0	167.377.146	30.787.782	18,39
Ativo, Inativo e Pensionista, Encargos Sociais	167.377.146	0	167.377.146	30.787.782	18,39
B. Outras Despesas Correntes e de Capital (I+II)	30.835.490	2.334.454	33.169.944	10.379.554	31,29
<u>I. Valorização do Servidor Público</u>	<u>7.934.815</u>	<u>0</u>	<u>7.934.815</u>	<u>2.210.841</u>	<u>27,86</u>
Auxílio-Alimentação	2.928.742	0	2.928.742	830.251	28,35
Auxílio-Transporte	241.294	0	241.294	24.392	10,11
Assistência Pré-Escolar	92.595	0	92.595	31.710	34,25
Assistência Médica e Odontológica	4.672.184	0	4.672.184	1.324.489	28,35
<u>II. Funcionamento do Ensino (1+2)</u>	<u>22.900.675</u>	<u>2.334.454</u>	<u>25.235.129</u>	<u>8.168.713</u>	<u>32,37</u>
<u>1. Despesas Correntes</u>	<u>16.220.675</u>	<u>2.334.454</u>	<u>18.555.129</u>	<u>5.391.617</u>	<u>29,06</u>
<u>1.1 Ensino Superior</u>	<u>15.860.179</u>	<u>2.334.454</u>	<u>18.194.633</u>	<u>5.031.121</u>	<u>27,65</u>
Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	1.680.784	0	1.680.784	619.254	36,84
Funcionamento de Cursos de Graduação	13.104.595	2.334.454	15.439.049	4.063.999	26,32
Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	1.074.800	0	1.074.800	347.868	32,37
<u>1.2 Ensino Médio</u>	<u>360.496</u>	<u>0</u>	<u>360.496</u>	<u>360.496</u>	<u>100,00</u>
Funcionamento da Educação Profissional	360.496	0	360.496	360.496	100,00
<u>2. Despesas de Capital</u>	<u>6.680.000</u>	<u>0</u>	<u>6.680.000</u>	<u>2.777.096</u>	<u>41,57</u>
<u>2.1 Ensino Superior</u>	<u>6.480.000</u>	<u>0</u>	<u>6.480.000</u>	<u>2.577.096</u>	<u>39,77</u>
Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	1.855.000	0	1.855.000	737.734	39,77
Acervo Bibliográfico destinado às IFES e Hospitais	125.000	0	125.000	49.713	39,77
Funcionamento de Cursos de Graduação	4.500.000	0	4.500.000	1.789.650	39,77
<u>2.2 Ensino Médio</u>	<u>200.000</u>	<u>0</u>	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>	<u>100,00</u>
Funcionamento da Educação Profissional	200.000	0	200.000	200.000	100,00
Total (A + B)	198.212.636	2.334.454	200.547.090	41.167.337	20,53

Com relação às questões orçamentárias para a Universidade Federal do Sertão importa considerar que a sua aprovação a habilitaria a pleitear dotação específica compatível com suas futuras necessidades. Por ser uma nova universidade, sua estrutura administrativa e acadêmica exigirá recursos extras para a manutenção de novas unidades de apoio, acompanhamento acadêmico, biblioteca, gráfica, gestão de pessoal, assessoria jurídica e contábil, entre outras, para que possa desempenhar adequadamente suas novas responsabilidades.

Havendo a criação da Universidade Federal do Sertão, a partir de desmembramento da Universidade Federal de Campina Grande, os recursos financeiros destinados à folha de pagamento de pessoal deverão sofrer um leve acréscimo, haja a vista a necessidade de ampliação do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo para a nova universidade, conforme já foi demonstrado.

7. POTENCIAL DE EXPANSÃO

Os Centros que integram um espaço que, no Plano de Expansão da UFCG, é denominado de a *Diagonal Sertaneja* apresentam um percentual de acesso ao ensino superior de apenas 1,24%, entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos.



Fontes: IBGE / Atlas do IDH no Brasil

Este espaço está centrado no cruzamento de uma diagonal que parte do município de Catolé do Rocha e vai até Itaporanga, com a linha que começa em Patos e termina em Cajazeiras. As cidades que abrigam os *campi* estão situadas no Sertão paraibano e representam pólos importantes de resistência às adversidades climáticas. Por sua situação e caracterização histórica, as cidades em referência dão suporte estratégico às iniciativas de desenvolvimento regional; por isto mesmo, devem ser fortalecidas em sua capacidade de oferta de serviços e em sua possibilidade de enriquecimento humano e material.

Com uma oferta de cursos em todas as grandes áreas de conhecimento – ciências agrárias, ciências humanas, ciências da vida, engenharias e tecnologia – os Centros potencialmente formadores da nova universidade detêm uma estatura acadêmica capaz de abrigar e potencializar a autonomia que o desligamento da UFCG irá promover. Esta é a primeira motivação a ser levada em conta, ou seja, a capacidade instalada das estruturas atualmente existentes.

Outra motivação relevante, talvez decisiva para este projeto, é o êxito com que se instalou (ou se vem instalando em setores localizados) a UFCG após seu desmembramento da UFPB a partir de 2002. É claro que esta instalação ocorreu no interior de um ciclo de franca expansão do ensino superior público no país, sob o patrocínio do governo federal, como há décadas não se observava.

Ocorre que a energia que a presente conjuntura gerou e poderá gerar não se esgotou, intensificando projetos e expectativas para o futuro próximo, ainda sob a direção desta e da próxima geração de gestores acadêmicos. Pensar assim significa planejar com a responsabilidade necessária de quem não deseja ver sucumbir o presente processo de reestruturação por que passa o sistema federal de ensino superior. Bem ao contrário do processo de expansão que está em curso, o processo de reestruturação acadêmica que com a expansão surgiu carece ser posto em prática.

As universidades que cresceram com a expansão precisam acelerar sua reestruturação acadêmica; carecem de rever sua dinâmica administrativa e de repensar suas práticas de ensino, suas experiências de extensão e seu potencial de pesquisa. Em uma palavra, o pacto celebrado com o MEC, para melhorar a relação entre docentes e alunos e os índices de conclusão, implica reorganização interna visando à melhoria das bases de formação: preparação docente, atualização de projetos pedagógicos, e concepção de cursos que respondam a reais necessidades sociais de formação profissional, processos claros e eficientes de gestão acadêmica.

Entende-se por oportuna e adequada a criação de nova universidade, situada no sertão da Paraíba, a partir dos *campi* hoje pertencentes à Universidade Federal de Campina Grande. Se concluído, desse processo resultariam duas estruturas universitárias mais *leves* e mais propensas ao planejamento ágil, à execução eficaz e à introdução de inovações educacionais.

Além do patrimônio intelectual e material existente, os campi da Universidade Federal de Campina Grande que estão situados no Sertão estão permeáveis a mudanças significativas no plano administrativo e acadêmico.

Com um formidável potencial de crescimento, a meia distância entre Sousa e Cajazeiras, situa-se o Núcleo de Pesquisa e Extensão da Bacia do Rio do Peixe, embrião do Colégio Técnico Agrícola de São João do Rio do Peixe, a ser vinculado, pela vocação agrária da microrregião, ao Centro de Ciências e Tecnologia Agro-Alimentar - CCTA -

Campus de Pombal. Desse modo, teríamos um importante complexo universitário – integrado pelos *campi* de Patos, de Pombal e por esse Colégio dedicado à tecnologia agrícola e ao desenvolvimento rural sustentável.

O *campus* de Cajazeiras reúne as condições para abrigar pelo menos dois Centros de Ensino, permanecendo o original, de Formação Docente, e o de Saúde que reúna os cursos de Técnico em Enfermagem, de Técnico em Higiene Bucal, de Enfermagem e de Medicina. Ao lado desse desdobramento, o Centro de Formação de Professores trabalha na implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, como resultado da evolução dos seus cursos de graduação e como condição indispensável para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, o que favoreceria a interação com outros centros do País, potencializado a experiência que o Centro de Formação de Professores tem acumulada sobre o conhecimento científico e cultural do Sertão do Nordeste.

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, em Sousa, vive um momento importante, com a construção de um segundo *campus*, às margens da BR 230, em uma área que abrigará a sua expansão recente, com a criação dos cursos de Administração e de Serviço Social. Mais ainda: a posição privilegiada da microrregião, pela bacia hidrográfica com que conta, por sua produção agrícola e pela reserva potencial de petróleo, leva o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais a pensar em outros instrumentos acadêmicos como cursos nas áreas de engenharia e de tecnologia da informação.

Da mesma forma, o Centro de Saúde e Tecnologia Rural, no *campus* de Patos, além da já comentada integração acadêmica com o *campus* de Pombal e com o Colégio Agrícola de São João do Rio do Peixe, acumula energia suficiente para um crescimento visível na oferta de cursos de bacharelado na área de saúde. Ademais, tem sido notória a consolidação da pós-graduação como resultado de uma política arrojada de formação docente que conta com um quadro profissional densamente qualificado; o que coloca o Centro de Saúde e Tecnologia Rural entre um dos centros de pesquisa mais bem relacionados em sua interação com o sistema federal de ensino.

Com esses argumentos, fica demonstrada a viabilidade e adequação da integração desses centros em uma Instituição de Ensino Superior independente por quaisquer dos ângulos de que se observe o conjunto que conformam: pela inserção regional e abrangência territorial; pelo espectro acadêmico, contendo todas as áreas de formação – ciências humanas, ciências da vida, ciências agrárias e tecnologia; pelo amadurecimento do ensino, da pesquisa e da extensão e, finalmente, pelas

possibilidades de melhoria da qualidade e de expansão de suas ofertas, no médio prazo, decorrentes de sua reestruturação administrativa em uma nova instituição federal de ensino superior.

8. INFORMAÇÕES E INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DO SERTÃO PARAIBANO

Percentual de Preenchimento de Matrículas em Educação Básica- da Paraíba 2008-2009			
Localização			
Urbana		Rural	
Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
96,2	92,3	94,2	93,3

Total de Matrículas – Paraíba 2009								
Modalidade/Etapa de Ensino								
Total da Educação Básica	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
1.056.974	23.071	90.543	374.419	289.461	140.786	1.579	133.183	3.932

Total de Estabelecimentos Paraíba 2009								
Modalidade/Etapa de Ensino								
Total da Educação Básica	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
6.212	613	4.299	5.226	1.315	494	44	1.842	21

Escolas e Matrículas da Educação Básica – Paraíba					
Escolas		Matrículas		Percentual de Preenchimento	
2008 ¹	2009 ²	2008 ¹	2009 ²	Escolas	Matrículas
6.537	6.212	1.142.968	1.056.974	95,0	92,5

Total		Percentual de Preenchimento de Matrículas 2008-2009 – Paraíba			
		Localização			
		Urbana		Rural	
Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
95,0	92,5	96,2	92,3	94,2	93,3

Fonte: Censo Escolar – INEP -2009



A mesorregião do Sertão Paraibano é uma das quatro mesorregiões do estado brasileiro da Paraíba. É formada pela união de 83 municípios agrupados em sete microrregiões.

PATOS

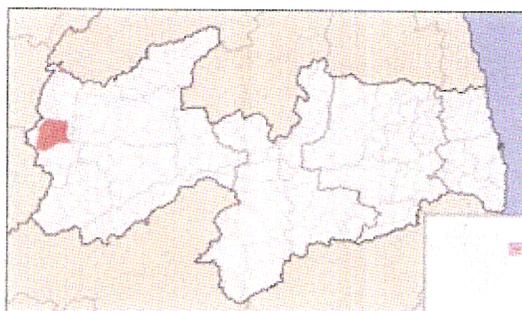
Indicadores	
IDH	0,678 médio PNUD/2008 ^[3]
PIB	R\$ 512.194 mil IBGE/2008 ^[4]
PIB per capita	R\$ 5.148,88 IBGE/2007 ^[4]

Tem seu ponto forte o comércio, o qual deixa sua população flutuante em torno de 130 mil pessoas. Em épocas festivas como o São João, o fluxo de turistas eleva a população para 200 mil pessoas aproximadamente. É também considerada a cidade de melhor distribuição de renda e estrutura urbana, com baixíssimos índices de violência urbana.

A Cidade é rica em minério e centro de comercialização da agricultura regional, destaca-se como um dos municípios de mais rápido desenvolvimento industrial do sertão paraibano. A economia baseia-se na cultura do algodão e do feijão. As principais indústrias são as de calçado, extração de óleos vegetais e beneficiamento de algodão e cereais. Tem grande riqueza mineral, com jazidas de mármore cor-de-rosa e ocorrências de ouro, ferro, calcários e cristal de rocha. Patos liga-se a todo o Nordeste e ao Sul por

ferrovia e rodovias.

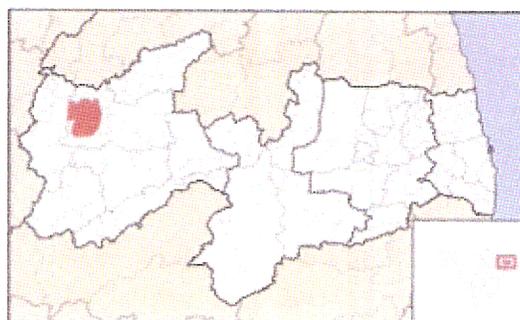
CAJAZEIRAS



Indicadores	
IDH	0,685 <i>médio PNUD/2000</i> ^[3]
PIB	R\$ 229.200 mil <i>IBGE/2005</i> ^[4]
PIB per capita	R\$ 4.030,00 <i>IBGE/2005</i> ^[4]

A cidade de Cajazeiras possui um dos maiores PIBs do Sertão Paraibano. A cidade é um polo regional no setor educacional contando com vários cursos de graduação oferecidos pela UFCG. Não possui uma boa rede hospitalar, sendo auxiliada pela cidade de Sousa. A cidade possui um aeroporto, o Aeroporto de Cajazeiras.

SOUSA



Indicadores	
IDH	0,658 <i>médio PNUD/2000</i> ^[3]
PIB	R\$ 232.508 mil <i>IBGE/2005</i> ^[4]
PIB per capita	R\$ 3.670,00 <i>IBGE/2005</i> ^[4]

Sousa conta com o Centro Cultural Banco do Nordeste, que se compara ao dos grandes centros e conta com biblioteca, biblioteca virtual, teatro e cinema.

A economia da cidade é bastante diversificada, embora tenha o setor de serviços o maior responsável pela arrecadação de impostos no município..A produção de coco da cidade gera uma receita bruta de R\$ 5.700.000,00 reais, o que situa Sousa na 15ª posição entre as regiões produtoras de coco do Brasil.No Ramo industrial se destaca como uma das cidades mais industrializadas da Paraíba, com pouco mais de 164 indústrias.

CENTROS URBANOS MÉDIO-GRANDES:

1. Catolé do Rocha.
2. Pombal.
3. Princesa Isabel.
4. São Bento.
5. Itaporanga.

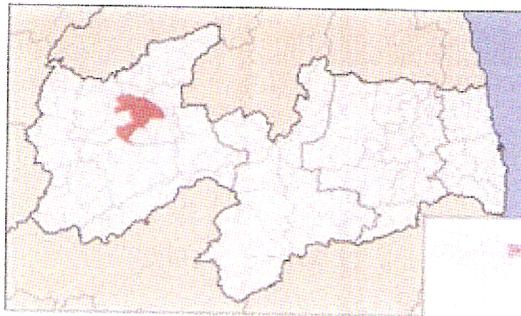
CENTROS URBANOS MÉDIOS:

1. Teixeira.
2. Piancó.
3. Brejo do Cruz.
4. São João do Rio do Peixe.
5. Conceição.

MICRORREGIÕES:

1. Cajazeiras
2. Catolé do Rocha
3. Itaporanga
4. Patos
5. Piancó
6. Serra do Teixeira
7. Sousa

POMBAL



Indicadores	
IDH	0,661 <i>médio PNUD/2000</i> ^[2]
PIB	R\$ 91.802 mil <i>IBGE/2005</i> ^[4]
PIB per capita	R\$ 2.780,00 <i>IBGE/2005</i> ^[4]

Estado da Paraíba



Portal — Geografia, Política, Cultura, Esportes

João Pessoa

Capital
Mesorregiões

Agreste Paraibano • Sertão Paraibano • Borborema • Mata Paraibana

Microrregiões

Brejo Paraibano • Cajazeiras • Campina Grande • Cariri Ocidental • Cariri Oriental • Catolé do Rocha • Curimataú Ocidental • Curimataú Oriental • Esperança • Guarabira • Itabaiana • Itaporanga • João Pessoa • Litoral Norte • Litoral Sul • Patos • Piancó • Sapé • Seridó Ocidental Paraibano • Seridó Oriental Paraibano • Serra do Teixeira • Sousa • Umbuzeiro

Regiões Metropolitanas e RIDEs

João Pessoa

Mais de 300.000 habitantes

João Pessoa • Campina Grande

Mais de 100.000 habitantes

Santa Rita • Patos

Mais de 50.000 habitantes

Bayeux • Sousa • Cajazeiras • Guarabira • Cabedelo - Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste projeto partiu do pressuposto de que a criação de uma Universidade Federal no Sertão possibilitará uma gestão mais eficiente nas duas instituições resultantes do desmembramento proposto, a exemplo do que ocorreu após a criação da Universidade Federal de Campina Grande, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba.

Com a criação da Universidade Federal de Campina Grande, a estrutura acadêmica que compunha os *campi* que lhe deram origem permaneceu, a princípio, a mesma. No entanto, com a nova estrutura administrativa que foi implantada, mais adequada à realidade local, a Instituição promoveu uma ampla expansão de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O gerenciamento de recursos humanos e financeiros se tornou mais eficiente, uma vez que, em um universo menor, o conhecimento das demandas, das deficiências e das potencialidades evidencia-se com maior nitidez. Além disso, estando reunidos em órgãos colegiados representantes de realidades mais afins, as tomadas de decisões são mais facilmente equalizadas. A exemplo do que aqui se expõe, pode ser citado a imediata elaboração de matrizes novas para a distribuição de recursos orçamentários e de vagas docentes, corrigindo distorções históricas que se encontravam insolúveis dada a pesada estrutura administrativa da Universidade federal da Paraíba, inegavelmente mais complexa em função de sua dimensão.

Espera-se, com o desmembramento da Universidade Federal de Campina Grande, para a criação de uma nova Instituição Federal de Ensino Superior, com sede administrativa no Sertão da Paraíba, que alcance a meta de ampliar ainda mais a oferta de vagas no ensino superior naquela região, comprovadamente carente neste aspecto, que esta oferta se volte com maior precisão para a realidade local, que haja ações voltadas para o fortalecimento da pós-graduação e da pesquisa direcionadas ao desenvolvimento da região.

A criação da nova Universidade deverá ter como norte orientador a indissociabilidade entre os projetos sociais e culturais que a envolvem e a formação profissional que promoverá. Para tanto, o ser humano inserido na realidade social, econômica e cultural do Sertão será tomado como um ser histórico-social. A formação profissional dar-se-á em um processo dialético que vai ensejar a tomada de consciência das relações sócio-

econômicas e culturais da região. Nesse sentido, a educação profissional a ser oferecida pela nova Instituição dará continuidade a uma educação científica, tecnológica e humanística, coerente com os requisitos da formação integral dos cidadãos, qualificando-os para o trabalho e o desenvolvimento de novas competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores).

Do ponto de vista do mundo do trabalho, a atuação profissional deixa de ser referenciada exclusivamente no emprego e passa a se orientar para as oportunidades de trabalho e contribuição ao desenvolvimento econômico e social sustentável. É importante oferecer não apenas a aprendizagem de técnicas, mas também os princípios científicos e éticos que fundamentam os processos produtivos.

Considerando as justificativas apresentadas, a criação de uma nova universidade, com sede administrativa no Sertão da Paraíba, é de extrema relevância e refletirá, na essencialidade, a concretização das políticas públicas do governo atual, concebidas por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

Em paralelo, a estrutura que resultará na Universidade Federal de Campina Grande, cuja composição contará com os *campi* de Campina Grande, de Cuité, e de Sumé, restará mais flexível, o que permitirá, entre outros aspectos, a focalização de seus projetos no entorno do compartimento da Borborema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 nov. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>. Acesso em Outubro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões e princípios*. Brasília, DF, 2007. 43p.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, Tendências da educação superior para o século XXI, 1998, Paris, França. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Informações sobre as estatísticas nacionais. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/cid_ade_sat/default.php. Acesso em 18 jan. 2008.

PLANEXP – Plano de Expansão Institucional. Documento elabora pela Universidade Federal de Campina Grande para apresentar ao Ministério da Educação a proposta de criação de novos *campi* para a Instituição. Disponível em www.ufcg.edu.br

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponibiliza informações sobre os índices de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros no ano de 2000. Disponível em:

[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%20)

Brasília 26 de fevereiro de 2010

OF/N.07/2010

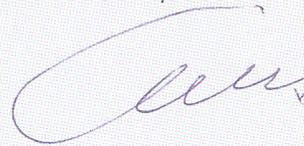
Ao
Magnífico Reitor,
Thompson Mariz
Universidade Federal de Campina Grande

Assunto: Entrega de projeto, conforme memorando nº073/Gabinete/UFCEG de 14.10.2009, solicitante Reitoria/UFCEG, processo origem 2009D100056.

Com os meus cumprimentos, dirijo-me a Vossa Magnificência para encaminhar projeto elaborado pela Consultoria Visão de Futuro, sob minha supervisão, com vistas à proposição de uma universidade federal no sertão da Paraíba, a partir de desmembramento da Universidade Federal de Campina Grande (UFCEG).

Declaro estar ciente de que a pesquisa levantada será analisada pelos órgãos superiores desta instituição podendo ser objeto de mudanças e/ou adequações para atender as demandas da UFCEG e de toda sociedade paraibana.

Atenciosamente,



Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque